

Sem política salarial País pára, diz Simonsen

JBr — A não aprovação do Decreto 2065 pode ser uma ameaça para os entendimentos do Brasil com o FMI?

MHS — Se não tivermos o Decreto aprovado, simplesmente a gente fica sem política salarial definida, que é o que falta ao Brasil. O FMI não pode aprovar um programa que não existe. Qualquer programa depende no mínimo de uma política salarial. Sem a aprovação do FMI não conseguiremos negociar com os banqueiros internacionais.

JBr — Essa proposta do governo é a ideal?

MHS — Não diria que essa proposta é a ideal. Não é um decreto perfeito, primoroso. Acho que para se combater a inflação é preciso atacar em todas as frentes e não discriminar alguns assalariados, uma vez que todos são iguais perante a inflação, há a intenção, desde 1979, de redistribuição de renda, através da política salarial ainda que não concordo, porque essa política deve ser feita em função do capital e trabalho. Mas esse decreto signficou um avanço em relação ao DL 2064, e tem um ponto essencial que se conseguiu, que é o suporte político. Apesar dos senões, esse decreto é melhor do que nada, do que a alternativa de ficar sem a política salarial, sem aprovação do nosso programa pelo FMI, e, consequentemente, sofrer todos os riscos da perda de crédito externo, equacionamento no campo das importações e a paralisação total de economia do País.

JBr — Professor, está provado que o salário não é um item infalcionário. Então, porque se insiste em combater a inflação penalizando o trabalhador?

MHS — Inflação é aumento de preços. Os salários reais no Brasil são muitos baixos, e baixaram muito nos últimos tempos. Mas os aumentos nominais são uma componente do preço. A cada vez que se aumenta salários você concorre para o aumento dos preços, contribuindo para a inflação. Só há uma maneira global de combater a inflação: é, fazer com que todos os débitos nominais, todos os rendimentos, salários, alugueis, lucros, cresçam menos, e fazer com que todos os componentes de preços se desacelerem. Evidentemente, que não se vai fazer isso com o salário. Seria ideal que a política salarial fosse apresentada com programas gerais e não com peças isoladas, dentro de um programa geral de combate a inflação, utilizando outras frentes, como a frente tributária (também prevista no DL 2065), na despesa pública, na política de rendimentos.

JBr — Se esse decreto for aprovado, o que faltaria, a seu ver, na política a ser implantada pelo Governo para reduzir a inflação?

MHS — Existe um plano montado para combater a inflação, o problema é implantar esse plano. No Brasil já foram produzidos vários planos bons, que não foram executados.

“Ninguém está querendo que se pague a dívida externa de uma só vez. O que se deseja é que o Brasil pague os juros em cinco anos”.

JBr — O exemplo claro disso é o PND, muito bonito no papel, mas que não foram executados. O que falhou?

MHS — Houve, inegavelmente, causas externas desfavoráveis: dois choques de petróleo, o colapso do sistema de reciclagem voluntária pelos comerciais, o problema dos juros de 1979 para cá, e também, no plano interno, foi feita toda uma ortodoxia. Resolveram inventar muito. Esses fatores externos atingiram o mundo todo, mas todos os países do mundo estão enfrentando a inflação.

JBr — Professor, houve muita mudança na política econômica do País durante os governos da Revolução, muita rotatividade. Sua saída do ministério, as mudanças ministeriais posteriores, as mudanças de outros executivos agora mais recentemente a saída do Carlos Langoni do Banco Central, indicam que há muito desacerto na esfera governamental? O Ministro do Planejamento realmente é o todo-poderoso como se propala? Falta uma equipe coesa? O senhor, como homem de governo que foi, pode explicar o que acontece lá em cima?

MHS — Não tenho acompanhado o que acontece nos bastidores de Brasília. Inegavelmente, nos últimos anos o Brasil teve uma grande variação de política econômica. Não é segredo. Todo mundo sabe que a minha ideia era combater a inflação pelo aumento da produção, e da famosa superssafra que não aconteceu. Em 1981 houve uma ortodoxia monetária, em 1983 estamos no quinto decreto-lei salarial. Durante muito tempo se disse que o Brasil não iria ao FMI. Dizia-se que nosso caso não era comparável nem com o México nem com a Argentina. A verdade é que nossa situação internacional, hoje, é considerada a pior de todas. Se tivéssemos uma bonança internacional, como no final da década de 60 e princípios de 70, seria diferente.

JBr — E quais seriam as suas sugestões para mudança diante desse quadro?

MHS — O Brasil precisa simplificar sua estrutura administrativa. Precisa fazer o que se faz em toda parte do mundo para vetar pressões que contribuam para o “déficit” governamental: fazer um orçamento único, onde sejam concentradas todas as receitas, previstas todas as despesas. Nossos orçamentos não são orçamentos. Pode-se prever 5 e gastar 10 e no final nem se tem todas as transparências diante da sociedade, nem todo o efetivo dos gastos governamentais. Nos Estados Unidos, por exemplo, ninguém vai ao Presidente da República ou ao Se-

cretário do Tesouro, pedir verba. Ao contrário. O presidente da República é que pede verbas ao Congresso, porque não existe esse orçamento paralelo manobrado pelo Executivo. Se houver um orçamento único, aprovado pelo Congresso, você gera necessidades, prevê cortes dos excessos de gastos. Se você quiser fazer um programa qualquer de despesa poderá prever se um financiamento, por exemplo, será feito por aumento de imposto ou por aumento da dívida pública ou vai compensar o suporte de despesa. Há escolha social. Hoje não há garantia de margens de segurança, nem opções.

JBr — Parece fácil. Os caminhos todos conhecem...?

MHS — O que estou recomendando não é que o Brasil faça uma coisa diferente. Isso existe no mundo todo. É essencial que se acabe o isolamento do Banco Central, do Banco do Brasil e do Tesouro. O Banco do Brasil tem que ser um banco comercial, o Banco Central um Banco Central independente, sem ligações com o Tesouro.

JBr — Antes de programar um orçamento único, o governo não precisaria fazer um acerto de caixa: corrigir seus deficits, pagar a Previdência Social, fixar repasses corretos para Estados e Municípios, promover a reforma tributária?

MHS — Uma coisa é você fazer o orçamento único, o que devemos fazer já. A outra é fazer acertos. Você não pode continuar com o Banco Central emitindo a dívida pública, mantendo a contabilização dessa dívida da forma atual. Depois se discute o resto, em cima de uma visão real dos gastos, com um plano de orçamento. Falta-nos uma visão consolidada de contas, um dos problemas maiores do País, que permita conhecer onde está o déficit, o que se pode redistribuir, onde conter os excessos.

JBr — Dentro desse contexto, como se justifica o aumento em US\$ 50 bilhões da nossa dívida externa em juros, nos últimos 13 anos?

MHS — A dívida cresceu, e os juros cresceram...

JBr — Como é que a gente vai fazer, se não temos condições de pagar essa dívida?

MHS — Ninguém está querendo que se pague a dívida de uma só vez. O sistema financeiro empresta e quer que você pague parte desse empréstimo. E preciso não confundir um país com uma pessoa. Se você contrai um financiamento para um imóvel, logicamente você tem que liquidar esse financiamento, em 15 ou 20 anos. Ninguém está querendo que em 5 anos o Brasil liquide sua dívida externa. O que se deseja é que nos próximos 5 anos o Brasil seja capaz de pagar os juros dessa dívida, mesmo que pague uma parcela nos primeiros 3 anos, e que o resto seja pago acrescido de outras despesas. O importante está em estabelecer o grau de sacrifício que se vai exigir da sociedade. Se as taxas de juros aumentarem, fica extremamente penoso liquidar essa dívida. O segundo aspecto, o mais crucial, diz respeito ao crescimento das exportações em decorrência do crescimento da economia mundial, para se fazer o ajuste do balanço de pagamentos pelo aumento das exportações, que é em geral o que estimula a economia a crescer e aumentar a produção, gerar mais empregos. De outra forma é um processo extremamente penoso. Você contribui para a recessão, não pode contribuir para importar seus elementos essenciais necessários à indústria, como é o caso que se tem verificado ultimamente, nos ajustamentos via redução de importações. Nos próximos anos, não apenas no caso do Brasil, mas de todos os países a viabilidade dos processos de ajuste tem que ser repensado. O que esta em jogo são cerca de US\$ 600 bilhões, que vão depender do comportamento da economia mundial, e, certamente, da variação das taxas de juros. E, certamente, se terá uma solução natural do problema, pelo próprio sistema bancário, se as condições forem favoráveis, caso contrário, aí certamente o Brasil terá que encontrar uma solução final, de encontrar uma agência internacional qualquer, que pode ser o Banco Mundial ou o Fundo Monetário, que acabe assumindo as dívidas do Terceiro Mundo, que possa financiá-las por um prazo longo e ofereça condições para que todos possam pagar. A necessidade ou não dessa segunda solução vai depender da evolução da conjuntura mundial.

JBr — O senhor acha que a tendência é essa saída?

MHS — A curto prazo essa segunda solução não pode ser conseguida, de maneira alguma. Se você quiser pagar a dívida com juros abaixo do mercado também não vai conseguir. Criará um impasse. Se declarar a moratória, significando devo não nego e pagarei como puder, precisa saber, sem a ingenuidade com que se fala nela no País, quais as consequências dela. Num prazo muito longo, o que primeiro se perderá são os créditos comerciais. Se terá de efetuar compras a vista, num período em que praticamente todas as importações ficarão prejudicadas, principalmente em termos de Brasil, que não tem no momento nenhum tostão de reservas cambiais e por isso sequer condições de declarar-se em moratória.

JBr — Nessa preocupação de pagar dívida, o senhor não acha que faltou uma preocupação com o outro lado, que é de desenvolvimento do mercado interno?

MHS — O desenvolvimento do mercado interno só pode acontecer junto com a capacidade que se possa ter de importar.

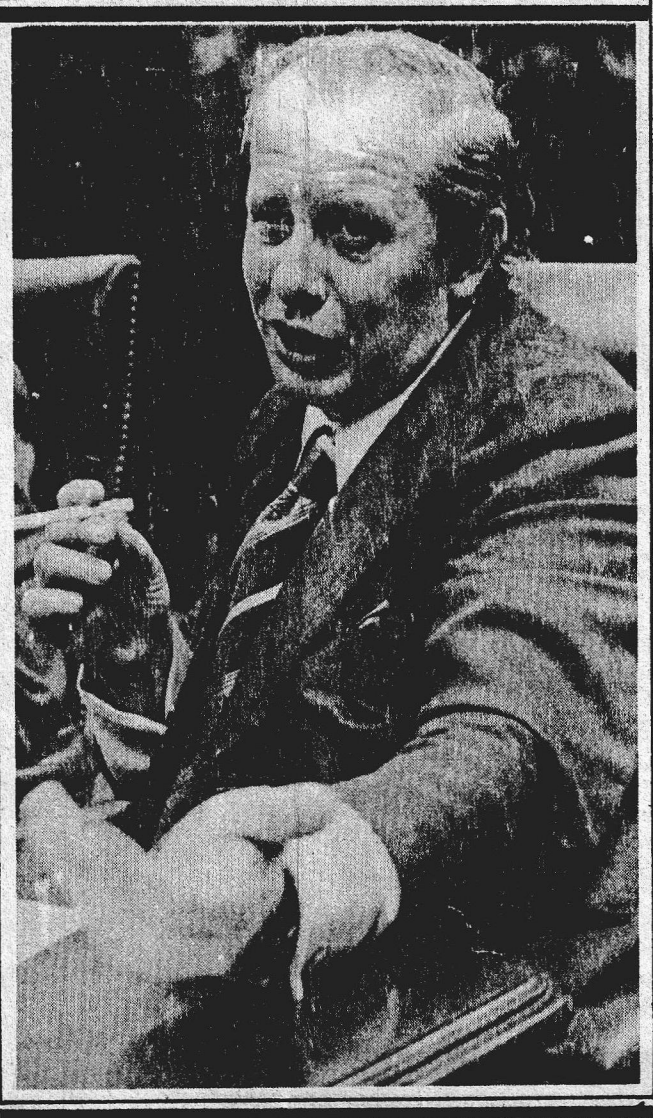
JBr — O senhor mesmo falou no início da entrevista, da necessidade de se promover o crescimento através do aumento da produção e da agricultura, e que isso não foi considerado?

MHS — No Brasil se desenvolveram muitos programas agrícolas. O que houve foi sempre a necessidade de prover mais. Nos últimos anos tivemos alguns prejuízos ocasionados por secas e enchentes, mas de uma maneira geral nossas safras foram boas. A política agrícola satisfaz.

JBr — Analistas ligados ao próprio governo estão mostrando a queda da produção, as falências e concordatas aumentando, e casos como a Delfin e a

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, em entrevista exclusiva à repórter Maria José Pedroso, diz que para se combater a inflação é preciso atacar em todas as frentes e não discriminar os assalariados. “Todos são iguais perante a inflação”, diz. Simonsen não considera o 2.065 um decreto perfeito, mas diz ser necessário para conseguirmos negociar com os banqueiros. Ele voltou a defender um orçamento único: “Nossos orçamentos não são orçamentos. Pode-se prever 5 e gasta-se 10”

O ex-ministro disse ainda que para estimular o sistema financeiro da habitação primeiro tem que se regular o plano de equivalência salarial, ajustando definitivamente os salários aos aumentos das prestações.



Coroa-Brastel estão aí. Como se vai sair disso?

MHS — Há coisas que têm que ser tratadas como caso policial, e há problemas na economia decorrentes de aumento de taxas de juros. Nossas taxas reais são das mais altas do mundo. A única forma de mudar isso e dosar a política fiscal e monetária, e fazer um orçamento mais apertado, e a moeda um pouquinho mais folgada. No Brasil, nos últimos anos, houve um aperto razoável da política monetária, por parte do Banco Central, mas a política fiscal nessa confusão de orçamentos não chegou a existir.

JBr — A tendência é de baixa de juros...

MHS — O Decreto-Lei 2065 dá grande perspectiva de aumento da receita tributária pelo governo. Se houver paralelamente um corte grande de impostos, pode haver uma queda grande de déficit público e, consequentemente, nos juros “cash”, o que seria bastante benéfico para as empresas.

JBr — Realmente esta difícil, não é? Falta dinheiro e falta capital de giro...

MHS — Dinheiro há, mas caríssimo. O problema é o preço. Se realmente é preciso de conseguir a retomada do crescimento brasileiro, é preciso se conseguir baixar os juros “cash”.

JBr — Como o senhor viu essa taxaão do “open market”?

MHS — A preocupação é desestimular as aplicações a curto prazo. Hoje se tributa salários, “cash”, rendimentos de profissionais liberais e para isso tem que se tributar de maneira proporcional os rendimentos de capital.

JBr — O Sistema Financeiro da Habitação tem hoje o maior ativo do País, estimado em mais de Cr\$ 20 trilhões; com a queda do nível de emprego o FGTS fica prejudicado, o depósito da poupança ameaçado e o retorno dos investimentos também, qual a sua opinião sobre o SFH?

MHS — Se o governo pretende estimular o Sistema Financeiro da Habitação, primeiro tem que regular o plano de equivalência salarial, ajustando definitivamente os salários ao aumento das prestações. Em segundo lugar, garantir o poder aquisitivo da classe média, prejudicada desde 1979 pela discriminação da política salarial.

JBr — Por outro lado, fazer aumentar os investimentos na área da construção civil que emprega 1/3 da população ativa desse país?

MHS — Na medida em que você estimula o padrão de vida da classe média você cria uma série de fatores com efeitos multiplicadores.

JBr — O ex-ministro Severo Gomes sugeriu recentemente ao governo a aplicação de uma política de economia de guerra. Qual a sua opinião sobre isso?

MHS — Quanto a adjetivação “economia de guerra” não sou a favor nem contra, mas defendendo medidas austeras. Temos no Brasil uma série de pontos de estrangulamento e uma série de falta de políticas definidas. Concorro, isso sim, com a necessidade de se administrar a escassez.

JBr — O senhor acha que a política econômica atual vai influir na política como um todo, em termos de sucessão presidencial, eleição direta, melhor relacionamento governo-partidos?

MHS — A política tem razões próprias para desenvolver, e é impossível às vezes prever. É claro que os efeitos econômicos, têm efeitos na área política, mas querer estabelecer uma estratégia política só com fatos econômicos é um exercício temerário.

JBr — A situação nos parece complicada. O PDS dividido, a oposição fazendo oposição sistemática, embora confusa, o Presidente Figueiredo assumindo a coordenação do processo de sucessão que alguns defendem como sendo atribuição do processo. O senhor acha que o período de Revolução ainda vai demorar muito no Brasil?

MHS — O período de Revolução acabou com a extinção do AI-5. Estamos numa fase de transição desde 1979, e numa volta para restabelecimento do estado democrático.

JBr — Que distorções o senhor apontaria na atual política global um vigor?

MHS — Para uma total abertura política é preciso conhecer quais os corolários que ela acarreta, na maneira de agir das pessoas, de informar buscando uma compatível solução de problemas nas diversas áreas, é o caso do DL 2065, que pode não atender à necessidade do real, ao consenso geral, mas que permitirá resolver nossos compromissos. Política é a arte possível do impossível, que se consegue com diálogo e muita persuasão. Hoje ainda prevalece alguns cacocetes do passado, como o comportamento do PMDB que a meu ver não pode continuar sendo oposição por oposição, mesmo porque há muitos deles no governo. Governo de oposição não existe. Estamos no período de reaprendizado do exercício democrático.

JBr — O senhor não acha que a falta de continuidade nos programas governamentais desde 1964 prejudicaram nosso processo de desenvolvimento?

MHS — Isso não é uma falha dos governos da Revolução, mas do sistema presidencialista. Quero fazer aqui uma ressalva. Foi o Presidente Geisel que resolveu fazer a abertura. Na verdade, eu sei o que aconteceu até 1979. De lá para cá não tenho nada a ver com o que aconteceu. Houve uma festa nacional com a minha saída, eu também estava contente. Não concordaria com as mudanças. Não sei se elas ocorreram para melhor ou pior, mas aconteceram, e isso é tudo.